

Defensoria abre ação por auxílio aluguel em Santos

JUSTIÇA. Defensoria aciona CDHU e COHAB-Santista após meses de luta

Auxílio aluguel é alvo de ação

» O defensor público de Santos Felipe Pires Pereira ingressou com uma ação pública com pedido de liminar (decisão antecipada e provisória) na Justiça contra a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e a Companhia de Habitação da Baixada Santista (COHAB-Santista) para regularizar o pagamento do auxílio aluguel para 458 famílias que, em março de 2020, tiveram que ser removidas de áreas de risco dos morros após serem vítimas de fortes chuvas.

A situação vem se arrastando sem solução há meses, gerando inúmeras manifestações públicas, porque o auxílio está sendo realizado de forma fracionada - R\$ 600,00 divididos em duas vezes de R\$ 300,00 - e a CDHU e a COHAB-Santista não conseguem reunificar o repasse no Cartão Amarelo, no quinto dia útil do mês.

Os valores parcelados estão causando constrangimento a mulheres, crianças e idosos porque os donos dos imóveis alugados estão reclamando por receber aluguel em duas vezes. Muitos

ameaçam despejar as famílias.

A Defensoria pede que a Justiça imponha o restabelecimento do pagamento em parcela única; iniba a suspensão do auxílio às famílias que não conseguem realizar o recadastramento e que ambas apresentem relação das famílias cadastradas e recadastradas para recebimento do auxílio moradia de março de 2020 a maio último.

MUTIRÃO.

Também a realização de mutirões de atendimento e recadastramento com prévia e ampla publicidade e informação às famílias desabrigadas que recebem o auxílio moradia em razão das chuvas.

A Prefeitura de Santos, a Defensoria requer apresentação da relação dos imóveis não destruídos pelas chuvas que foram interditados pela defesa civil em março de 2020; realização de novas vistorias nas moradias que não foram destruídas pelas chuvas e que permanecem interditadas, visando a atualização do diagnóstico de risco pela defesa civil.

AUDIÊNCIA.

O defensor também solicitou manifestação do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), requer audiência de conciliação e



Manifestações não conseguiram resolver situação que perdura meses

Famílias tiveram que ser removidas de áreas de risco dos morros após serem vítimas de fortes chuvas. Auxílio aluguel está sendo pago fracionado

mediação para tentar obrigar o Município a promover a desinterdição das moradias que não foram destruídas pelas chuvas, cujo diagnóstico de risco pela defesa civil seja favorável ao retorno das famílias. Ainda que os órgãos efetivem a inclusão e contemplação das famílias em projeto habitacional de interesse social.

O auxílio-moradia é con-

cedido a municípedas cujas casas foram consideradas inabitáveis pelos técnicos da Defesa Civil. Os núcleos familiares foram inseridos em um cadastro socioeconômico da COHAB-Santista, encaminhado ao Estado de São Paulo por meio da CDHU. Em 22 de fevereiro deste ano, a Cohab Santista renovou o auxílio por mais 12 meses.

A COHAB Santista só confirmou que as famílias vítimas dos deslizamentos ocorridos, em março/2020, nos morros de Santos recebem o Auxílio Moradia Emergencial - AME (atual Programa Bolsa do Povo), suportado pelo Governo do Estado de São Paulo/CDHU e o município de Santos, conforme previsto em convênio assinado em 2020.

Disse ainda que, em função deste convênio, o município de Santos, através da COHAB Santista, deposita em conta corrente da CDHU o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por família/mês.

"O pagamento mensal do valor total de R\$ 600,00 (seiscentos reais), pago por família, é feito pela CDHU, que deverá se manifestar quanto à forma adotada para a transferência do benefício".

A CDHU também foi procurada para se manifestar a respeito da situação, mas não se pronunciou. (Carlos Rattón)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3